

A DINÂMICA DAS LUTAS POLÍTICAS NO PARANÁ ATRAVÉS DA BIOGRAFIA DO PROFESSOR JOSÉ CLETO DA SILVA

Alessandro Cavassin Alves¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a biografia do professor de primeiras letras (alfabetização) José Cleto da Silva (1843-1912); o biografado se destaca pelo seu papel como professor de instrução primária em Paranaguá, principal cidade do litoral do Paraná, e depois, na capital Curitiba, e outras cidades; sua profissão foi voltada para a educação; mas, para além da educação, destacou-se, também, em sua atuação como político do Partido Liberal em sua cidade, uma região dominada pelos Conservadores, o que permite identificar a dinâmica da política local; posteriormente, no início da República, também acaba lutando em favor dos maragatos, contrários ao governo de Floriano Peixoto. Como professor primário acabou, na década de 1870, se engajando na luta contra a escravidão, oferecendo aula noturna a trabalhadores e escravizados e, ainda, atuando como curador em causas de liberdade; seria ele um dos primeiros paranaenses abolicionistas; com isso, chegou a ser deputado provincial em uma legislatura, no início da década de 1880; ser professor primário lhe conferia destaque na sociedade litorânea paranaense, mas foi seu enfrentamento social contra a escravidão que lhe proporcionou entrar no seleto grupo dos deputados paranaenses, mesmo que por apenas uma legislatura; seu nome foi uma forma dos liberais paranaenses provocarem o poder dos conservadores de Paranaguá. Mas isto, certamente, desencadeou, entre outros motivos juntos, sua expulsão de seu próprio município, ao se desentender com as principais autoridades locais; teve, então, de reiniciar a vida profissional como professor primário em Curitiba, onde se aposenta, mas continua trabalhando, abrindo escolas particulares com suas filhas. Na República, como dito, sua luta na Revolução Federalista, em 1894, revela um pouco mais seu caráter político e combativo. Porém, não conseguiu mais alcançar o posto da elite política paranaense, a de ser um deputado. Com seu falecimento, na década de 1910, em novos tempos ou não, Paranaguá erige um busto em sua homenagem na praça de nome de seu rival político da década de 1880.

Palavras-chave: José Cleto da Silva, Política paranaense, abolicionismo no Paraná.

THE DYNAMICS OF POLITICAL STRUGGLES IN PARANÁ THROUGH THE BIOGRAPHY OF PROFESSOR JOSÉ CLETO DA SILVA

Abstract: This article aims to present the biography of the first letters (literacy) teacher José Cleto da Silva (1843-1912); the biographer stands out for his role as a primary education teacher in Paranaguá, the main city on the coast of Paraná, and later, in the capital Curitiba, and other cities; his profession was focused on education; but, in addition to education, he also stood out in his work as a Liberal Party politician in his city, a region dominated by the Conservatives, which allows him to identify the dynamics of local politics; later, at the beginning of the Republic, he also ended up fighting in favor of the maragatos, against the government of Floriano Peixoto. As a primary school teacher, in the 1870s, he ended up engaging in the fight against slavery, offering night classes to workers and enslaved people and also acting as a curator in freedom causes; He would be one of the first abolitionists from Paraná; with this, he became a provincial deputy in a legislature, in the early 1880s; Being a primary school teacher gave him prominence in the coastal society of Paraná, but it was his social confrontation against slavery that allowed him to enter the select group of deputies from Paraná, even if for just one legislature; its name was a way for liberals from Paraná to provoke the power of conservatives in Paranaguá. But this certainly triggered, among other reasons, his expulsion from his own municipality, when he fell out with the main local authorities; He then had to restart his professional life as a primary teacher in Curitiba, where he retired, but continued working, opening private schools with his daughters. In the Republic, as mentioned, his fight in the

¹ Doutor em Sociologia, Professor na FASBAM (Faculdade São Basílio Magno) e SEED-PR (Secretaria de Estado da Educação do Paraná); E-mail: alessandroavassin@gmail.com

Federalist Revolution, in 1894, reveals a little more his political and combative character. However, he was no longer able to reach the position of the Paraná political elite, that of being a deputy. With his death, in the 1910s, in new times or not, Paranaguá erected a bust in his honor in the square named after his political rival from the 1880s.

Keywords: José Cleto da Silva, Paraná politics, abolitionism in Paraná.

Professor José Cleto da Silva em Paranaguá

José Cleto da Silva nasceu em Paranaguá, em 24 de outubro de 1843; numa família pobre, perdeu o pai, assumiu o sustento familiar e trabalhava a noite para pagar seus estudos (SILVA, 2023, p 166); teria trabalhado na Alfândega de Paranaguá a partir de 1863, quando aparece pela primeira vez seu nome no primeiro jornal paranaense, *Dezenove de Dezembro*; e em 1867, com 24 anos, ingressa no Magistério, como professor interino da 1ª cadeira de instrução primária de Paranaguá, e logo, no ano seguinte, torna-se professor efetivo, por exame de concurso realizado em Curitiba.

A ascensão social é complexa numa sociedade de classes e com barreiras específicas dentro da estratificação social. O tornar-se professor, mesmo que primário, já lhe conferia um determinado status social, mas não lhe conferia capital econômico e político.

No dia 31 de maio de 1868 casa-se com Izolina Cordeiro de Miranda (NEGRÃO, 1950, p. 230), de família do litoral paranaense. O casamento também é um caminho de ascensão social. A família Cordeiro e Miranda, alguns de seus membros, faziam parte da elite econômica e política do litoral paranaense, mas, acredita-se não ser o caso de Izolina.

Uma nota a parte, é que a informação sobre o casamento do professor José Cleto da Silva está na grande obra da *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão, podendo sugerir que o professor pertencia a elite paranaense, entretanto, essa informação consta apenas porque o Professor Cleto, quando ficou viúvo, em 1889, teve um segundo casamento e, nesse sim, sua esposa era de família tradicional do Paraná, na qual comenta-se adiante. Tanto que, do primeiro casamento, o genealogista não cita os filhos do Professor Cleto com Izolina, demonstrando que a presença do professor neste livro foi exclusivamente por motivo de seu segundo casamento. Numa rápida consulta aos jornais da época foi possível identificar os filhos desse primeiro casamento, portanto, era plausível que o genealogista soubesse deles, pois as filhas eram ativas

professoras já em Curitiba, junto com seu pai, bem como os filhos homens tinham determinado destaque na sociedade².

José Cleto da Silva, como professor de primeiras letras, exerce a função em Paranaguá, sua cidade natal e principal centro do litoral da recém emancipada província do Paraná, alfabetizando crianças e adolescentes em sua 1ª cadeira de instrução pública.

Entretanto, algo chama a atenção no início de sua carreira, pois sendo ainda um jovem professor, com 27 anos, pediu “permissão para abrir uma escola noturna destinada aos escravos”, em 10 de agosto de 1871 (SILVA, 2023, p. 113; PARANÁ, 2005, p. 171). Inicia-se, assim, uma atividade para além do que foi contratado, o lecionar para crianças, pois a noite dedicava-se aos trabalhadores, adultos e escravizados.

Em 24 de agosto de 1872, o jornal *Dezenove de Dezembro*, publica que o jovem professor Cleto solicitou e recebeu uma verba para “prover de móveis a escola pública de Paranaguá”, dinheiro doado por várias autoridades de Curitiba e Paranaguá, da qual consta os nomes dos doadores, numa subscrição. E publicam e assinam o agradecimento pela verba recebida e doada ao professor Cleto, os senhores Raymundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti, Manoel Antônio Guimarães (Visconde de Nacar e líder do Partido Conservador de Paranaguá) e Manoel Leocádio de Oliveira. Portanto, seu pedido foi atendido e as principais lideranças locais também aparecem na notícia. Tais fatos demonstram que o Professor Cleto era muito ativo, mas necessitando estar junto com as principais lideranças da cidade de Paranaguá para angariar verbas, ou mesmo, para conseguir abrir uma turma no horário noturno.

Mas, também, suas atividades poderiam descontentar a elite local, principalmente com seu trabalho social e abolicionista, como se verá a seguir³.

Outro ponto que demonstra que o Professor Cleto circulava dentro da elite política conservadora, foi suas atividades com o engenheiro José Arthur Murinelly, no ano de 1874, na qual solicitaram uma turma noturna para trabalhadores (SILVA, 2023, p. 115). José Arthur

² No site *Rastro Ancestral*, de Hamilton Ferreira Sampaio Junior, segue informações da família: José Cleto da Silva era filho de José Cleto da Silva e Maria Rosa de Brito. Izolina Cordeiro de Miranda era filha de Balduino Cordeiro de Miranda e Maria Manoela Cordeiro. O casal teve seis filhos: Constâncio Cleto da Silva; (Maria Rosa de Brito Cleto) ou Maria Rosa Cleto Nobre casada com o Dr. Francisco de Carvalho Nobre; Leocádio Cleto da Silva; (Maria Cleto da Silva) ou Maria José Antunes casada com o Tenente José Cezar Antunes; o major José Julio Cleto da Silva; Maria Julia Cleto de Moura casada com o Engenheiro Lydio de Albuquerque. (JOSÉ, 2024).

³ No site *Rastro Ancestral*, de Hamilton Ferreira Sampaio Junior, destaca dois fatos em que o Professor Cleto defende meninos que foram presos por viverem nas ruas, algo comum para a época. Um desses fatos aconteceu em 17 de outubro de 1877. (JOSÉ, 2024).

Murinelly, natural do Rio de Janeiro, como funcionário público percorria o Brasil sendo responsável por inúmeras obras; e no Paraná, veio para os estudos da construção da ferrovia Paranaguá – Curitiba, já sendo realizado pelo engenheiro Antônio Pereira Rebouças, irmão de André Rebouças, entre outros; as ideias abolicionistas provavelmente circulavam entre esses jovens engenheiros e professores; em Paranaguá, então, José Arthur Murinelly casou com Maria Magdalena de Oliveira, em 03 de fevereiro de 1872; ela era neta de Manoel Antônio Guimarães, Visconde de Nacar (ALVES, 2015, p. 463). O engenheiro Murinelly, certamente amigo do professor Cleto, esse sim, casou com moça da elite paranaense.

Nos documentos oficiais publicados pelo jornal *Dezenove de Dezembro*, em 24 de outubro de 1878, José Cleto foi provido como professor vitalício. Portanto, sua carreira de instrução primária seguia naturalmente, bem como, acredita-se, suas atividades com as aulas noturnas.

Em 1879, aparece mais uma atividade do Professor Cleto, agora atuando como curador, isto é, um tipo de advogado, em uma “Ação de liberdade”, ajuizado em Paranaguá, representante do escravizado Luiz, que chegou ao Brasil em 1850, com 10 para 12 anos, em que pede liberdade do cativo com base na Lei de 7 de novembro de 1831, primeira legislação contra o tráfico negreiro, e teria ganho a causa e a liberdade ao Luiz, já com aproximadamente 40 anos (sendo 28 anos de escravidão). Ao final, o Juiz de Direito de Paranaguá, Cesário José Chavantes, decidiu nos seguintes termos: “(...) *julgo procedente a presente ação, havendo por livre o autor, a quem se dará o competente título (...)*” (Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Memória e Justiça. “Ação de liberdade”, Paranaguá, 1879).

Eis um exemplo de uma conquista muito significativa para as lutas abolicionistas da época, além de seu trabalho com as aulas noturnas.

E o Professor Cleto acabou atuando também politicamente, mas, não como um membro do Partido Conservador, que era predominante em Paranaguá, e sim do Partido Liberal. O que teria levado o Professor Cleto a se filiar no partido político de oposição em sua cidade mesmo sendo amigo de José Arthur Murinelly? Tal filiação político partidária não lhe possibilitou nunca ser eleito vereador ou juiz de paz em Paranaguá; conseguiu, apenas, a patente de Tenente Coronel, da Guarda Nacional e delegado suplente em Paranaguá, mas apenas quando os liberais estavam no poder, no início da década de 1880. Afinal, o Partido Conservador em Paranaguá, praticamente, vencia todas as eleições locais (ALVES, 2017).

Seu posicionamento político lhe conferiu a possibilidade de ser posto na lista para concorrer a deputado provincial do Paraná, nas eleições de 1879, e na qual foi eleito. A lista dos que concorriam eram realizadas pelas lideranças do partido, para o caso dos liberais, era a família Alves de Araújo, da cidade de Antonina, e o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, dos Campos gerais e da capital Curitiba. Durante o Império, as eleições eram vencidas pelo partido político que estava controlando o Gabinete de governo no Rio de Janeiro. No final da década de 1870, os liberais voltaram ao poder, e conseqüentemente, nas províncias, eles também voltariam para as Assembleias Legislativas. Foi o caso do Paraná. Foi assim que o Professor Cleto conseguiu se eleger deputado, afrontando o poder local em Paranaguá.

Portanto, pela atuação política do Professor Cleto, sendo oposição numa cidade dominada pelos conservadores, sua atitude em relação ao trabalho social, educacional e com escravizados, e sua liderança como professor de escola primária, o levou a fazer parte da lista dos eleitores liberais. E na legislatura de 1880/1881 foi eleito para a mesa diretora, ocupando o cargo de 2º Secretário. Este seria o auge do Professor Cleto como político. Na Assembleia Legislativa do Paraná se percebe que foi reconhecida sua importância, dando a ele o cargo de 2º Secretário desta casa legislativa. E é interessante destacar que, como deputado provincial, ele foi eleito junto com outra figura abolicionista de atuação nacional, o engenheiro André Rebouças. A eleição de André Rebouças, residente no Rio de Janeiro, se deu, também, porque o líder liberal paranaense, Dr. Jesuíno Marcondes, colocou Rebouças na lista dos candidatos a serem votados para deputado provincial no Paraná pelos eleitores. O objetivo era que com André Rebouças na Assembleia Legislativa do Paraná, as discussões sobre o traçado da ferrovia Paranaguá - Curitiba pudesse ser direcionado de acordo com os ideais dos dirigentes do Partido Liberal. Entretanto, o próprio André Rebouças acabou se desentendendo com o líder Manoel Alves de Araújo e nem mesmo voltou para o segundo ano do mandato, em 1881 (ALVES, 2015, p. 258). E, certamente, o Professor Cleto aprofundou suas ideias abolicionistas, tendo como referência, André Rebouças. Também, este foi um período promissor de discussão da abolição, pois contou com a visita de D. Pedro II ao Paraná, em maio de 1880, para a inauguração da pedra fundamental da construção da ferrovia Paranaguá – Curitiba, e uma das pautas do imperador era a discussão da abolição da escravatura, sendo que o Paraná possuía neste ano 10.088 escravizados.

Entretanto, o Professor Cleto, ao terminar seu mandato como deputado provincial em 1881, não mais foi eleito, demonstrando a dificuldade de se conseguir entrar na elite política paranaense. Porém, suas atividades como professor e sua luta abolicionista continuariam.

E em 1883, aprofundou ainda mais suas lutas abolicionistas, quando se dispunha, gratuitamente, a defender africanos vindos para o Brasil como escravos, em ações de liberdade, sempre tendo como referência a lei de 07 de novembro de 1831 (SILVA, 2023, p. 170). Uma nota no *Jornal do Commercio*, Curitiba, de 25 de agosto de 1883, destaca:

Sem comentário

Lê-se no n.º 6 do *Livre Paraná* de [ilegível] de Agosto de 1883:

Ações de liberdade

“O Dr. Manoel Euphrasio Correia é advogado **contra** alguns dos supostos escravos, que requererão liberdade por intermédio do seu curador José Cleto da Silva.

É para lamentar que ainda se encontre quem advogue semelhantes causas, tanto mais sendo Sua Senhoria orador de uma associação abolicionista”.

A “Emancipadora Paranaense” – para dar o seu parecer.

O Condor do Progresso.

O *Jornal do Commercio* destaca a crítica do *Livre Paraná*, órgão de imprensa que o Professor Cleto era sócio, de que um dos mais importantes líderes do Partido Conservador e político paranaense, membro da família do Visconde de Nacar de Paranaguá, o Dr. Manoel Euphrasio Correia, estaria se posicionando contra o Professor Cleto em suas “ações de liberdade”; isto seria “sem comentário”, de acordo com o jornal, já que o Dr. Euphrasio Correia também era membro e orador da associação abolicionista Emancipadora Paranaense. O interessante é perceber que a elite escravocrata de Paranaguá já estava se mobilizando contra o Professor Cleto e que essa mesma elite tinha sua maneira de conduzir a abolição, a partir de seus critérios, uma abolição que fosse gradual e com indenizações por parte do Estado aos senhores de escravos. Se os escravizados conseguissem a liberdade, como foi o caso do Luiz, citado acima, certamente, as indenizações para os escravocratas não aconteceriam.

Assim, o Professor Cleto também utilizava da imprensa e, inclusive, como dito, era um dos proprietários do jornal *Livre Paraná*, de Paranaguá, que como o próprio nome sugere, estaria engajado na luta contra a escravidão e contra a Monarquia, sendo um órgão de caráter republicano, junto com Fernando Machado Simas (SILVA, 2023, p. 171), que, como o Professor Cleto, vai ser perseguido e expulso de Paranaguá.

Assim, para além de sua atividade educacional, o destaque para sua ação social em prol dos marginalizados e trabalhadores, atuação jurídica como curador, inclusive oferecendo gratuitamente seus trabalhos para os escravizados, e sua experiência política como deputado,

certamente estavam, já a mais de uma década, indispondo o Professor Cleto com as lideranças do Partido Conservador de Paranaguá.

Denúncias contra o Professor Cleto

E a consequência dessa atuação tão intensa por parte do Professor Cleto foi sua literal expulsão de sua cidade natal, Paranaguá. E foi no ano de 1886 que se tem o auge deste processo. No jornal *Commercial*, de Paranaguá, de 06 de março de 1886, tem-se as acusações que aparecem contra o mesmo, realizadas pelo Inspetor Paroquial das Escolas de Paranaguá, Dr. Leocádio José Correia, dirigindo em forma de telegramas ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Luiz Antônio Pires de Carvalho e Albuquerque. São elas:

- De que o professor Cleto era “sócio da firma Simas & Comp.^a, proprietária da oficina tipográfica, onde se publica o órgão republicano denominado *Livre Paraná* – escrevendo contra as autoridades constituídas;
- Foram encaminhados documentos que mostram o professor público desta cidade, José Cleto da Silva, “de há muito incompatibilizado para o magistério”;
- De que o Professor Cleto, no dia 21 de novembro [1886], estaria na Alfândega em horário que deveria estar na escola, sem prévia licença (buscando provas por possíveis contrabandos de seus adversários políticos);
- Existia ainda uma denúncia contra seu filho Constâncio Cleto da Silva, de um comércio que se dizia ser ilícito⁴.

Tendo como referência a legislação educacional em vigor, em seu respectivo Regulamento, de acordo com o inspetor paroquial das escolas de Paranaguá, portanto, o Professor Cleto estaria incorrendo nos seguintes erros:

- 1º) Criticando a Inspeção de Escolas – ajuizando uma infração de norma de conduta;
- 2º) O juízo sobre a Inspeção e seus respectivos atos;

⁴ Sobre essa denúncia, cf. a matéria jornalística intitulada *Futuro*, de 20 de junho de 1885. (FUTURO, 1885). Na *Gazeta Paranaense* o próprio Dr. Manoel Euphrasio Correia explica o ato ilícito do Professor Cleto, que teria levado a expropriação de sua propriedade por parte da Câmara municipal de Paranaguá. (ASSEMBLEIA, 1885).

3º) Acúmulo de empregos que o pudessem distrair nas horas dos trabalhos escolares, além de apresentar-se como “curador de escravos, perseguindo politicamente os senhores daqueles que lhe eram contrários em credo”; e que teria afixado cartazes públicos como advogado ou solicitador em causas do foro local;

4º) Sofreu alguma pena judiciária, sendo sócio de um jornal e tipografia;

5º) Dizer falsamente ser professor de 2ª Cadeira, sendo da 1ª Cadeira;

6º) Escrevendo artigos virulentos contra a primeira autoridade da Comarca no jornal de sua propriedade, o que seria um péssimo exemplo moral aos discípulos (alunos);

7º) Publicar artigos ofendendo a Constituição do Estado brasileiro e atacando a pessoa do Monarca e da família imperial;

8º) Portanto, não estaria cumprindo com seu dever de professor;

9º) Por cometer tais faltas, deveria estar sendo punido, de acordo com o Regulamento de Ensino;

10º) Diante de todas as faltas, a Inspeção Paroquial poderia conceder-lhe um atestado negativo;

11º) Finalmente, conclui-se que o mesmo professor não “foi ou é respeitador de seus deveres e obrigações”.

Como conclusão: “Requerimento: De José Cleto da Silva – Indeferido: o suplicante não cumpriu com seus deveres, infringindo artigos explícitos do regulamento de ensino”.

Portanto, foi negado atestado ao Professor Cleto para continuar em sua profissão, “por falta abusiva ao Regulamento. Reincidências graves, alimentadas desde 1878 e que não posso deixar prosseguir”, escreve o Dr. Leocádio; e ainda, de “abusos que há muito deveriam ser punidos”.

O Professor Cleto busca se defender das acusações utilizando o jornal da capital paranaense, o *Dezenove de Dezembro*, publicando artigos e inúmeras cartas autoridades que o defendiam das acusações e atestavam sua capacidade como professor público, isso em 1886. O próprio jornal publica na íntegra as mesmas acusações no sentido de demonstrar como elas são tendenciosas. Mas, o destino do Professor Cleto estava selado. Não pode mais continuar atuando na cidade em que nasceu. Sua licença para ser professor estava cassada em Paranaguá.

Este episódio demonstra bem a dinâmica política local, no século XIX, de perseguição aos políticos opositores, da qual dificilmente conseguiria escapar. Uma perseguição por vias

legais, o qual poderia ter sido ainda mais radical, se acaso atentasse contra a vida do Professor Cleto. Interessante observar que o médico Dr. Leocádio José Correia era também um abolicionista (SILVA, 2023, p. 101), assim como o Dr. Manoel Euphrasio Correia, mas, era um abolicionismo de acordo com os interesses da elite escravocrata.

Professor José Cleto da Silva em Curitiba

Certamente, com a ajuda dos seus amigos do Partido Liberal conseguiu sua transferência para Curitiba, onde, também, conseguiu a licença para continuar lecionando.

Sobre sua chegada em Curitiba foi destaque no jornal *Dezenove de Dezembro*, nos dias 27 e 28 de março de 1886, na qual comentava a “atroz perseguição” sofrida pelo Professor Cleto e acusando, como que exclusivamente, o Dr. Leocádio José Correia como mentor dessa perseguição, mas acreditamos ser uma perseguição movida por interesses políticos, pois sua presença incomodava a elite política do Partido Conservador de Paranaguá. E, dois meses depois, em 18 de maio de 1886, vem a falecer o médico Dr. Leocádio José Correia, em Paranaguá.

Em Curitiba, Professor Cleto continua ativo na militância abolicionista, como comenta Noemi Santos da Silva (2016):

Filiou-se no Clube Curytibano e em Abril de 1888 foi nomeado pela Confederação Abolicionista Paranaense para, juntamente com seus membros, elaborar um plano para a erradicação do escravismo na província através de compra de alforrias em massa, pretensões obviamente interrompidas com a promulgação da Lei Áurea, dias depois.

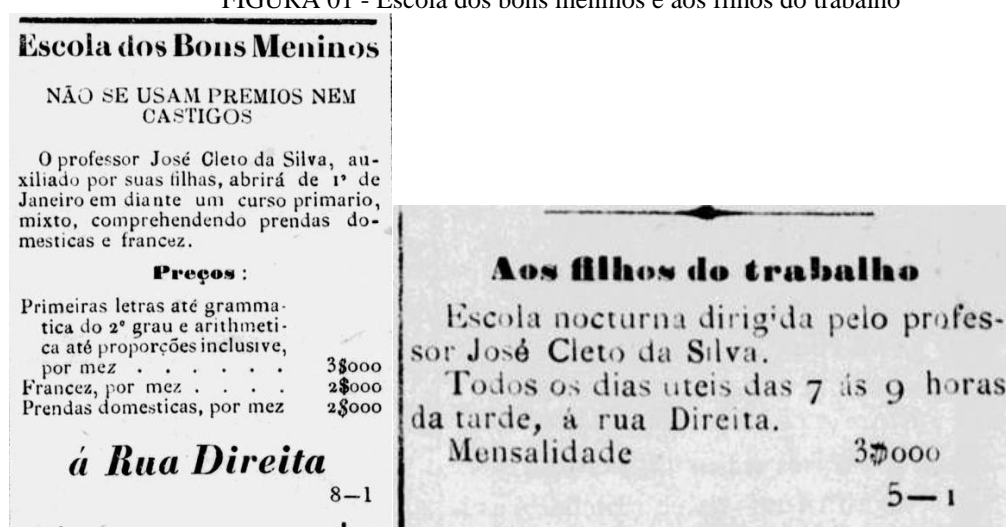
Mas, percebe-se que o foco de atuação, nesta nova etapa, foi voltar às suas atividades na educação básica e de alfabetização. E ao assumir a Cadeira de 2ª instrução pública em Curitiba, legalmente solicitou junto a Diretoria Geral de Instrução Pública do Paraná sua aposentadoria, inclusive sendo apresentada na Assembleia Legislativa do Paraná pelo Deputado Generoso Marques dos Santos, do Partido Liberal. Aposentadoria que foi discutida por anos, mas apenas em 07 de julho de 1889 foi oficializada, sendo comentado pelo jornal *Dezenove de Dezembro*, nos dias 01 e 02 de julho de 1889, elogiando toda sua dedicação e o mesmo escreve agradecendo e informando de sua aposentadoria. Neste mesmo ano, em 20 de julho, foi nomeado diretor dos correios, mostrando ser um cargo político, pois substituiu o tenente coronel

Manoel Bittencourt, o que foi reclamado pelo jornal do partido Conservador. Cargo que nem pode exercer direito, pois logo foi exonerado, com o início da República.

Neste ano de 1889, em outubro, faleceu sua esposa Izolina Cordeiro de Miranda Cleto, sendo publicado nota no jornal *Dezenove de Dezembro*, em 03 de outubro de 1889.

Professor Cleto, então, junto com suas filhas, no início da República, abre um colégio particular em Curitiba. A princípio, o salário da aposentadoria como professor, como se verá adiante, não era suficiente para manter sua família.

FIGURA 01 - Escola dos bons meninos e aos filhos do trabalho



Escola dos Bons Meninos

NÃO SE USAM PREMIOS NEM CASTIGOS

O professor José Cleto da Silva, auxiliado por suas filhas, abrirá de 1º de Janeiro em diante um curso primario, mixto, compreendendo prendas domesticas e francez.

Preços :

Primeiras letras até grammatica do 2º grau e arithmetica até proporções inclusive, por mez	3\$000
Francez, por mez	2\$000
Prendas domesticas, por mez	2\$000

à Rua Direita

8-1

Aos filhos do trabalho

Escola nocturna dirigida pelo professor José Cleto da Silva.

Todos os dias uteis das 7 ás 9 horas da tarde, á rua Direita.

Mensalidade	3\$000
	5-1

Fonte: Propaganda no jornal *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 11 dez 1889

E, em 1890, é publicada uma nota de abertura da escola noturna, neste mesmo endereço, também de caráter particular, dirigida pelo Professor José Cleto da Silva, com o título: *Aos filhos do trabalho*, publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, de 22 de janeiro de 1890, seguindo aquilo que foi um marco em seu trabalho como educador.

O Professor Cleto teve sua segunda núpcias com Emília Guimarães, no dia 07 de julho de 1892, em Curitiba, casamento noticiado pelo jornal *Diário do Commercio*, Curitiba, 11 de julho de 1892. Emília era filha do tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães e de Maria da Glória dos Santos, família residente em Morretes, litoral do Paraná, dedicados à indústria da erva mate e do comércio. Ricardo José da Costa Guimarães chegou a ser deputado provincial na legislatura de 1862/63, sendo um líder político em sua localidade, pertencendo ao Partido Liberal e faleceu em 1880 em Morretes (ALVES, 2015, p. 492-493). Neste sentido, o segundo

casamento do Professor Cleto foi com uma família tradicional do litoral do Paraná e pertencente ao comércio da riqueza paranaense do século XIX, a erva mate.

A família de Emília provavelmente tenha mudado para o planalto, na localidade de Campina Grande (então, Vila Glicério, atualmente Campina Grande do Sul), já em 1880. E Emília se tornou professora de primeiras letras nesta localidade e em 1890 transfere-se para Curitiba, assumindo a 4ª Cadeira do sexo feminino.

Ao se casar com o Professor Cleto, Emília continuou com suas atividades como educadora de primeiras letras recebendo salário do Estado, mas também, contribuindo com seu marido na escola particular, denominada de Colégio Cleto. No mesmo ano de seu casamento, o Professor Cleto foi incluído como sócio do Club Curitibano.

Durante a Revolução Federalista, em 1894, Professor Cleto acabou apoiando os maragatos, inclusive assumindo cargo de comando na Curitiba tomada pelos revolucionários, sendo nomeado por João Menezes Dória como secretário das Finanças, Comércio e Indústria do governo revolucionário (ALVES, 2015, p. 465), demonstrando, novamente, seu caráter combativo, posicionando-se claramente em relação aos fatos políticos. Mas, como a revolução não teve sucesso, teve de fugir, depois foi processado e, inclusive, foi suspensa o pagamento de sua aposentadoria como professor, como publicou o jornal *A República*, de Curitiba, de 28 de dezembro de 1894; mas no próximo ano, o Presidente Prudente de Moraes concedeu a anistia a todos, o que fez o Professor Cleto voltar para as suas atividades de educação, abrindo novamente colégio particular, junto com sua esposa Emília Guimarães.

Figura 02 - Colégio Cleto



COLLEGIO CLETO
CURITYBA

Abriu-se-á no dia 29 do corrente, á rua "Aquidaban,, n.º 28.

INTERNATO e EXTERNATO, para meninos e meninas, dirigido pelos professores José Cleto da Silva e D. Emilia Guimarães Cleto da Silva.

Interno.	trimestre	220\$000
Externo, primario e intermediario	"	24\$000
Idem, secundario.	"	30\$000
Idem, francez.	"	25\$000

Quando houver numero de alumnos sufficiente para manter-se um curso regular das materias exigidas para os preparatorios, procurar-se-á o pessoal docente que fór necessario.

Pagamento adiantado. (4—4)

Collegio CLETO
Escola mixta

Este estabelecimento de ensino, dirigido pelos professores José Cleto da Silva e d. Emilia Guimarães Cleto da Silva, abre suas aulas no dia 7 de Janeiro, nesta cidade.

Para mais esclarecimentos á rua Aquidaban, n.º 28, sobrado,

15—8

Fonte: *A República*. Curitiba, 04 de janeiro de 1905 - Colégio Cleto.

Em 1910 temos a notícia de que Emília Guimarães Cleto da Silva foi transferida para a Vila Rio Branco, distante uns 40 km de Curitiba, porém, localidade servida pela linha férrea Curitiba - Rio Branco. Teria a família mudado para essa pequena vila?

E, em 25 de fevereiro de 1912, com 68 anos, vem a falecer o Professor Cleto, chamado muitas vezes de decano da educação paranaense e sempre elogiado pela sua atuação como professor, quando era mencionado.

Um dia depois de seu falecimento, o Deputado Generoso Marques dos Santos, o mesmo que apoiou sua aposentadoria em 1886 e lutou no mesmo lado na Revolução Federalista em 1894, dizendo ser seu amigo, fez um discurso na Assembleia Legislativa do Paraná, na qual destacou a importância do Professor Cleto para a educação no Paraná, mas demonstrou também o “insignificante ordenado” que o mesmo recebia como aposentado, de 66\$666 rs., e louvou sua dedicação à educação que o levou a abrir colégio particular em Curitiba, e também em Ponta Grossa e Porto da União. Este discurso foi publicado pelo jornal *A República*, de 27 de fevereiro de 1912. O Deputado, porém, não citou suas atividades políticas e abolicionistas.

A família agradeceu ao jornal *A República*, em 06 de março de 1912, as referências que fizeram à memória do Professor Cleto.

De d. Emília Guimarães Cleto da Silva, seu filho e enteados, viúva e filhos do saudoso educador paranaense José Cleto da Silva, recebemos cartão de agradecimento às merecidas referências que fizemos à sua memória.

Aqui destaca-se a presença de um filho do Professor Cleto com sua esposa Emília Guimarães, porque na *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão, consta que o casal não teve filhos. Além dos filhos que o Professor Cleto teve no primeiro casamento, com Izolina Cordeiro de Miranda.

Também, em Paranaguá, lhe fizeram homenagens, com a inauguração de um busto no jardim “Chavantes” (Cesário José Chavantes), nome do mesmo juiz que deu ganho de causa na ação de liberdade ao Luiz conduzida pelo Professor Cleto em 1879, mas também, logo depois, ajudou ao Dr. Leocádio José Correia no processo contra o próprio professor. Foi publicado um artigo no jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba, de 17 de janeiro de 1914, assinado por Alberico Figueira, comentando sobre essa homenagem ao Professor Cleto em Paranaguá, dizendo ser muito justa, e que o mesmo, além de ser um educador de referência, também lutou contra a oligarquia de Paranaguá, da qual apresentou mais detalhes da perseguição sofrida na década de 1880, desde a tentativa de prendê-lo, de despejo de sua residência pela Câmara Municipal, até o processo final impossibilitando que continuasse suas aulas no final de 1885 e início de 1886. Em Paranaguá, também, foi nomeada uma rua central em sua homenagem, antiga Rua do Rosário, para Rua Professor Cleto, que cruza, entre tantos outros personagens da história, com

a rua Doutor Leocádio. E em Curitiba, praticamente no centro da cidade, o Colégio Cleto continuou e atualmente é mantido pela Secretaria de Educação do Paraná, na Av. Visconde de Nácar, tudo como ironias do destino, como comenta Noemi Santos da Silva (2016).

Enfim, a biografia do Professor Cleto foi uma busca para demonstrar as lutas políticas no século XIX no Paraná, divididas em dois partidos políticos durante o Império, o Partido Liberal e o Partido Conservador e a visualização de uma elite política local capaz de neutralizar determinados indivíduos capazes de se oporem ao comando dos mesmos, conduzindo, como o exemplo, a sua expulsão da cidade de Paranaguá. E para além de seu trabalho como professor de primeiras letras, da qual não há dúvidas de sua capacidade pelos inúmeros comentários positivos de sua atuação, ele ainda abriu aulas noturnas para trabalhadores e escravizados, e se engajou na luta abolicionista através da imprensa, na curadoria mesmo não sendo advogado e nas associações, que fizeram dele um professor com características especiais.

Mas, a profissão de professor de primeiras letras não lhe conferiu o capital econômico da elite paranaense. Foi suas atividades como educador que por vezes o aproximava desta classe social, inclusive casando em segundas núpcias com Emília Guimarães e participando do Club Curitybano, mas, como se percebe ao longo da sua biografia, suas atividades públicas estavam voltadas para uma sociedade republicana em que os direitos iguais pudessem acontecer a todos os cidadãos e a educação, sem dúvidas, era o pilar dessa sociedade. Tanto que sua segunda esposa, Emília Guimarães, que também já era professora pública na ocasião de seu casamento, continuou lhe auxiliando.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853 a 1889). A força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. A família de Manoel Antônio Guimarães na composição do poder local em Paranaguá no século XIX. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 209-237, maio 2017.

A REPÚBLICA, órgão do Partido Republicano, Curitiba 1888-1930. (consulta de material impresso)

ASSEMBLEIA Geral. **Gazeta Paranaense**, Curityba, 12 de agosto de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/242896/666>. Acesso em 07 abr. 2024.

DEZENOVE de Dezembro, Curitiba (1853-1890). (consulta de material impresso)

FUTURO. **O Futuro**, Paranaguá, de 20 de junho de 1885. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/305740/128>. Acesso em 07 abr. 2024.

JOSÉ Cleto da Silva. Rastro Ancestral. Disponível em: <https://rastroatrcestral.com.br/jose-cleto-da-silva/>. Acesso em 07 abr. 2024.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, vol. 6, 1950.

PARANÁ, Arquivo Público. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos**. Curitiba: DAP-PR, 2005.

SILVA, Noemi Santos da. Abolicionismo em Paranaguá: apontamentos a partir da trajetória de um professor público. In: **XV Encontro regional de História**. Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em:
https://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468197682_ARQUIVO_textocompletoanpuh2016NoemiSilva.pdf.

SILVA, Noemi Santos da. O Paraná Abolicionista: Lutas pelo fim da escravidão. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes [et. al.]. (orgs). **Paraná insurgente: Histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

SILVA, Noemi Santos da. **Direito de aprender: A educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910)**. Tese em História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2023. Disponível em:
<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1343772>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Memória e Justiça. “Ação de liberdade”, Paranaguá, 1879.

Sites Pesquisados

A Estátua do Professor Cleto, por Alexandre Camargo de Sant’Ana – Folha do Litoral, 22nov. 2017 – Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/centro-de-letras-coluna/a-estatua-do-professor-cleto>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Professor Cleto, por Alexandre Camargo de Sant’Ana – Folha do Litoral, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/centro-de-letras-coluna/professor-cleto>. Acesso em 22 jan. 2024.

Memorial do Trajeto Negro em Paranaguá: 4 – Professor Cleto. Disponível em:
<https://filhosdagavioes.com.br/4-professor-cleto/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Recebido em: 22 maio 2024.

Aceito em: 30 maio 2024.